

**Exmo. Senhor**

**Presidente da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território**

Desde há muito reconhecida a perigosidade representada pelo amianto, e tal como determinado pela lei de 2011, o XIX Governo Constitucional, liderado pelo PSD, deu início ao levantamento dos edifícios públicos contendo na sua construção amianto, tendo publicado, em 2014, a listagem destes edifícios.

Já então, havia sido criado um grupo de trabalho para esse efeito, cujos frutos se começavam a revelar...

Empossado em 2015, o XXI Governo Constitucional, liderado pelo Partido Socialista, assumiu também a necessidade da remoção dos materiais contendo amianto de todos os edifícios públicos até ao fim da Legislatura.

Similarmente, foi criado um grupo de trabalho, em funcionamento desde maio de 2016, que conta com a participação de representantes de todas as áreas governativas, e está sob coordenação da área do Ambiente.

Os objetivos do grupo foram então definidos como: atualizar e completar a listagem de materiais que contêm amianto nos edifícios, instalações e equipamentos onde se prestam serviços públicos, elencar, segundo graus de prioridade, as intervenções a efetuar, e encontrar soluções para o seu financiamento e célere execução.

Foi em setembro de 2016, que o referido grupo apresentou um relatório, hierarquizando as intervenções e a estimativa dos respetivos custos de intervenção, a tal lista de edifícios, instalações e equipamentos públicos que contêm amianto na sua construção (Lei 2/2011, de 9 de fevereiro).

Tendo o Sr. Primeiro Ministro afirmado que a situação estaria resolvida até 2018, no Programa Nacional de Reformas do anterior Governo constava que afinal seria até 2020.

Sucedde que, efetivamente, apesar das interpelações PSD, outros partidos também e das diversas associações interessadas na matéria, a Legislatura chegou ao fim sem a tal conclusão...

Já o Programa do Governo recentemente aprovado nesta casa, nada diz...

No entanto, foi noticiado sic<sup>1</sup> em 8 abril deste ano, que *“Até 2022, o Governo promete remover o amianto em mais de 2 mil edifícios. Para este ano estão programadas intervenções em 416, com um custo de 34 milhões de euros.”*

Na audição regimental de 16 de abril de 2019, o MATE questionado pelo PSD sobre o assunto, remeteu toda esta questão para o Ministério das Finanças. Ora, sendo esta uma matéria claramente ambiental, e sendo ao MAAC que o grupo de trabalho criado para tratar da questão do amianto “presta contas, o certo é que à Assembleia da República cumpre uma função fiscalizadora da ação do Governo.

Uma vez que o processo de remoção dos materiais contendo amianto dos edifícios públicos é um “*work in progress*”, e que os Portugueses merecem ter conhecimento do seu desenvolvimento, pois envolve, como sabemos, questões de saúde pública, entendem os Deputados do PSD, que a forma mais célere e

---

<sup>1</sup> <https://sicnoticias.pt/programas/investigacao-sic/2019-04-08-O-mapa-do-amianto>

eficaz de proceder ao seu acompanhamento, por forma a tentar garantir que o Governo, desta vez, cumpre as metas traçadas, será através da “prestação de contas” diretamente na Comissão – independente, ou para além da elaboração e apresentação de relatórios no mesmo sentido, que, de certa forma, burocratizam mais o processo.

**Termos em que, o GPPSD propõe que, para um cabal acompanhamento de toda esta questão, esta Comissão delibere o seguinte:**

**O agendamento urgente de uma primeira audição com o Sr. Ministro do Ambiente e Ação Climática a ocorrer até ao final de 2019 para fazer o ponto de situação do cumprimento dos objetivos traçados para remoção dos materiais de amianto dos edifícios públicos.**

Palácio de S. Bento, 19 de novembro de 2019

Os Deputados

Luís Leite de Ramos

Bruno Coimbra

Hugo Carvalho

Paulo Leitão

Filipa Roseta

João Moura

Emídio Guerreiro

Hugo Oliveira

Rui Cristina

Nuno Carvalho

António Lima Costa

Rui Silva

João Marques

Eduardo Teixeira

José Silvano

António Topa